

ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Parabeniza os contabilistas pela passagem do seu dia e orienta a doação para o FIA.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Informa que protocolou projeto de lei tornando obrigatória a instalação de alarme com sensor de movimento nas áreas onde estão localizados os caixas eletrônicos.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Apoia a iniciativa do deputado Manoel Mota.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Apoia a iniciativa do deputado Manoel Mota.

DEPUTADO DIETER JANSSEN (aparte) - Apoia a iniciativa do deputado Manoel Mota.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Condena a aprovação da Resolução n. 72 pelo Senado Federal e defende a redução das SDRs.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Concorde com a posição do deputado Darci de Matos e pede a diminuição do número de SDRs.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (aparte) - Pede pressão de SC para que o governo federal compense o estado das perdas decorrentes da Resolução n.72.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (aparte) - Defende a redução das SDRs.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) Afirma que a descentralização só é bem-vinda quando os recursos são descentralizados.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Destaca a realização do 10º Congresso Brasileiro de Municípios.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Compartilha das ideias do deputado José Milton Scheffer.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Mostra surpresa com a defesa pela base do governo do fim das secretarias de Desenvolvimento Regional.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (pela ordem) - Parabeniza os contabilistas pelo Dia do Contador.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Defende a redução da máquina administrativa e a energia térmica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, pela manhã, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero, inicialmente, lembrar que hoje é o Dia do Profissional da Contabilidade, ou seja, os contabilistas. Assim, quero destacar que os contadores de todo o Brasil, mas de uma forma especial os contadores do estado de Santa Catarina, têm uma função social muito importante, como sempre tiveram, aliás.

Normalmente são eles que fazem anualmente as declarações do imposto de renda da maioria das pessoas e quando não o fazem, pelo menos ajudam inúmeros amigos e conhecidos com informações preciosas, que tiram dúvidas e facilitam o preenchimento do formulário completo. Quando se trata do formulário simplificado, não é necessária a ajuda de uma mão especializada, a do contador, porque o desconto é padrão.

Contudo, a grande maioria das famílias que tem despesas com educação, com saúde ou que contribuem para alguma entidade social, utiliza o formulário mais complexo e usa, portanto, os serviços dos contabilistas.

Então, este ano, excepcionalmente - queremos chegar ao maior número de catarinenses possível -, 3% do imposto devido podem ser doados ao Fundo da Infância e Adolescência, que existe no estado e é coordenado pelo Cedca, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que cuidadosamente controla e aplica em projetos específicos, fiscalizando sua aplicação.

Por isso, os contribuintes podem ter certeza absoluta de que a sua doação chegará até as crianças e adolescentes que existem em grande número. Temos mais de 500 mil crianças em nosso estado que passam o mês com menos de meio salário mínimo e, por consequência, passam a ser alvo, ficam sujeitas a inúmeras ações na tentativa de

melhorar a renda de suas famílias. Uma delas é o trabalho infantil, que as afasta da escola, outras entram para a criminalidade, contribuindo com o crime manipulados por adultos, justamente pelo fato de serem menores de idade e não estarem sujeitas aos rigores da lei.

Por isso, precisamos investir mais no apoio à criança, no entretenimento, no esporte, no lazer, na cultura, através da música, da profissionalização das crianças com mais de 15 ou 16 anos, enfim, existem inúmeras iniciativas a serem tomadas, porque se não fizermos isso, alguém fará! E a criança tem uma capacidade imensa de aprendizado e naturalmente aprende tanto as coisas boas que ensinamos, quanto as ruins. Quer dizer, vale a pena investir nas crianças.

Então, no dia do profissional da contabilidade, do contador, primeiramente desejo cumprimentá-los pelo trabalho que fazem. O Conselho Regional de Contabilidade é o maior e o mais velho conselho de Santa Catarina. O CRC do nosso estado e o Conselho Federal de Contabilidade são os que têm maior número de profissionais inscritos. São maiores que a OAB e muito maior do que o Conselho Regional e o Conselho Federal de Medicina, respectivamente.

Neste ano, por benevolência da Receita Federal, é permitido fazer uma contribuição para o Fundo da Infância e da Adolescência. Essa foi uma luta no Congresso Nacional por mais de dez anos. No ano passado houve uma soma de esforços dos secretários estaduais da Fazenda e de todos os governadores - destaque-se que o nosso governador Raimundo Colombo e o secretário da Fazenda, Nelson Serpa, foram os que mobilizaram os secretários da Fazenda dos outros estados - para sensibilizar a Fazenda Nacional, juntamente com o Conanda, com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, com a comissão de Seguridade Social, Justiça e Família da Câmara dos Deputados, para permitir que neste ano na declaração do imposto de renda, cujo prazo de entrega termina na próxima segunda-feira, então, muita gente ainda está aprontando sua

declaração, possa-se doar 3% do imposto devido, para o FIA.

Tenho certeza de que se os Conselhos da Criança e do Adolescente dos municípios e dos estados tiverem mais recursos para investir, poderemos entreter essas crianças com bons programas e garantir-lhes um futuro melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense, na manhã de hoje.

Sr. presidente, gostaria que ficasse registrada nos anais desta Casa a presença dos vereadores do município de Sombrio, que a trabalho deslocaram-se muito cedo, cortando uma BR-101 cheia de problemas, cheia de entaves, cheia de gargalos, para vir aqui a serviço da Câmara Municipal e da sua cidade. São vereadores guerreiros que fazem acontecer, porque quando se trabalha as coisas acontecem. E eles fazem acontecer.

Cito os vereadores Agenor Colares Gomes, José Paulo Custódio, José Francisco Possamai, juntamente com o assessor da Câmara Municipal, Veciere Pereira e damos-lhes as boas-vindas. É uma honra tê-los na manhã de hoje nesta Casa, acompanhando o nosso trabalho.

Srs. deputados, foi protocolado um projeto de minha autoria que entendo ser da maior relevância para Santa Catarina neste momento.

(Passa a ler.)

"Protocolo um projeto de lei que torna obrigatória a instalação de alarmes com sensor de presença nas agências bancárias do estado nas áreas onde estão os caixas eletrônicos, a partir

da hora do encerramento das operações até a reabertura.

Nunca os catarinenses enfrentaram um número tão grande de assaltos e explosões de caixas eletrônicos, fato que está preocupando toda a sociedade e por isso, o poder público não pode omitir-se.

Como parlamentar, julgo necessário dificultar as ações dos bandidos e dar mais tranquilidade ao povo catarinense. Nunca se viu na história deste estado tantos assaltos como nesses últimos anos, estourando portas, arrebatando, para poderem sacar dinheiro."

Então, evidentemente que a sociedade não se sente tranquila, está preocupada, porque a qualquer hora esses bandidos podem ir ao banco para estourar mais um caixa eletrônico na sua região.

O projeto de minha autoria vai resolver totalmente o problema? Não, mas queremos criar, através dele, mais dificuldade a esses elementos que planejam como fazer mais assaltos, como arrebatando os caixas eletrônicos, como invadir as agências e roubar o dinheiro que lá está. Enquanto estamos trabalhando eles estão planejando como fazer um assalto e se não tomarmos alguma medida para impedi-los, para tornar mais difícil a realização desses assaltos, não sei aonde iremos chegar.

Então, esse projeto é de uma importância fundamental, no sentido de dar mais segurança, de chamar a atenção dos policiais para que ajam com mais rapidez diante do alarme que disparou. Precisamos fazer alguma coisa para impedir esse abuso que está acontecendo em todo o Brasil, mas temos que tratar de Santa Catarina.

Na última noite mais caixas eletrônicos foram arrombados, mais dinheiro foi colocado no bolso desses bandidos. E o que está acontecendo com relação a isso? Nada está acontecendo. Não há como! Apesar do que está sendo feito, não há segurança completa. E o que pretendemos é inibir, criar mais dificuldades a esses assaltantes.

Arrebentaram e assaltaram um caixa eletrônico no sul do estado, em Praia Grande, e se houvesse um sensor no banco, a polícia teria vindo com rapidez, mas quando ela chegou, não havia mais ninguém nem dinheiro.

Então, precisamos encontrar maneiras de inibir esses bandidos que planejam dia após dia como fazer os assaltos.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputado Manoel Mota, não poderia deixar de parabenizá-lo pela ideia de apresentar um projeto com tanta consistência e importância social.

Deputado, o estado de Santa Catarina já é reconhecido como o estado dos assaltos ou como o estado precursor nessa infeliz prática de assaltos a caixas eletrônicos de bancos. Mas se forem tomadas algumas medidas consistentes, a exemplo essa de v.exa., dentre tantas outras que têm que ser aprimoradas, principalmente nos pequenos municípios onde o policiamento é mais precário e onde esses assaltos ocorrem com maior frequência, conseguiremos, imagino, atingir melhores índices de segurança.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra ouço o meu líder, que com certeza também tem recebido muitas reclamações.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Agradeço a deferência de v.exa. em me conceder esse aparte.

Gostaria de corroborar com todas as suas colocações e acrescentar que parece que os bandidos fizeram especialização, principalmente na questão dos caixas eletrônicos em pequenas cidades.

O seu projeto está contribuindo no sentido de que se houver a continuidade desses arrombamentos, através da inteligência da Polícia Militar e da Polícia Civil do estado ter-se-á mais subsídios

para trabalhar no sentido de esclarecer esses crimes.

Então, na condição de colega de bancada e como seu sucessor na liderança, quero dizer a v.exa. que a nossa função como parlamentar é exatamente esta: estar ao lado da sociedade catarinense e apresentar projetos que contribuam com a melhoria da segurança em Santa Catarina, principalmente nos pequenos municípios.

Então, esse seu projeto vem ao encontro das necessidades da sociedade catarinense e das Polícias Militar e Civil, principalmente do setor de inteligência dessas duas instituições.

Parabéns! V.Exa. tem neste deputado um aliado no que tange à tramitação rápida dessa matéria.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço ao eminente deputado Aldo Schneider e incorporo suas palavras ao meu pronunciamento, porque elas agregam mais subsídios para que aprovemos esse projeto com a máxima urgência, caso contrário Santa Catarina será conhecida no Brasil como campeã de assaltos a caixas eletrônicos, o que é um abuso!

Eu não quero aqui dizer que vamos eliminar esse tipo de crime, mas acho que precisamos estar mais bem preparados. O projeto é fruto de um estudo profundo executado pela minha assessoria, tem um alcance elevadíssimo e contribuirá muito para melhorar a segurança no seio da sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço com muita honra o deputado mais novo da Casa, mas que tem muita garra.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Deputado, quero somente reforçar a opinião de que seu projeto é de suma importância. Nós temos uma ideia que pode se somar ao seu projeto, que seria a instalação de sensores de calor e de fumaça nos caixas eletrônicos, para que detectem a utilização de aparelhos de solda, o famoso maçarico.

Então, gostaria de colocar a possibilidade de instalar esses sensores que ajudariam na

prevenção, fazendo com que diminuíssem os números desse tipo de crime, coisa que envergonha Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, eminente deputado.

Quero dizer que é nossa obrigação buscar alternativas para ver Santa Catarina crescendo, desenvolvendo-se, gerando emprego e renda, melhorando a qualidade de vida do povo, mas com segurança. Agora, se não tomarmos algumas medidas nesse sentido, teremos muitas dificuldades, pois...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero comunicar a v.exa. que irei retirar-me do plenário, pois está acontecendo nesta Casa uma audiência pública promovida pelo Movida, em homenagem aos trabalhadores mortos em acidentes do trabalho, fato que ainda é muito significativo no estado de Santa Catarina e em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Está justificada a sua ausência, deputada.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, saúdo efusivamente os srs. e as sras. deputadas, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Já me pronunciei, deputado Dieter Janssen, na comissão de Finanças e Tributação, há pouco, a respeito da aprovação da Resolução n. 72 pelo Senado, o que se traduz num golpe fatal para a

economia de Santa Catarina, do Espírito Santo e de Goiás também, mas principalmente para o nosso estado. Por quê? Porque Santa Catarina tinha um dos programas mais eficientes e arrojados de incentivo à importação e porque nós nos constituímos, deputado José Milton Scheffer, num polo de excelência portuária mais importante do mundo, com cinco portos num raio de 300km.

O governo federal utilizou toda a sua força política, toda a sua estrutura para aprovar, com rapidez e agilidade, a Resolução n.72, inclusive rejeitando as emendas de autoria dos senadores Aécio Neves e Luiz Henrique da Silveira, que propunham um período de transição para a unificação de alíquotas do ICMS para importações.

A aprovação dessa resolução vai mais uma vez concentrar as importações no porto de Santos, em prol da economia de São Paulo que já representa 36% das importações do Brasil.

Sr. presidente, isso significa que Santa Catarina poderá perder de 15 mil a 20 mil postos de trabalho; isso significa que Santa Catarina deixará de arrecadar, provavelmente, R\$ 1 bilhão num Orçamento de R\$ 16 bilhões. Com isso, certamente o governo estadual encaminhará uma alteração ao Orçamento de 2013, que já tramita nesta Casa e teremos que buscar alternativas e reposicionar os nossos portos, porque a nossa economia é fortemente calcada na importação e na sua atividade.

Portanto, srs. deputados, hoje é um dia de luto para Santa Catarina. O governador Raimundo Colombo, juntamente com os deputados federais, os senadores, as lideranças empresariais e o apoio do Parlamento catarinense, lutou bravamente para impedir a aprovação da resolução e depois para criar regras de transição. Mas o governo federal tem força, tem estrutura, e não atendeu aos reclamos dos estados, principalmente aos de Santa Catarina, no sentido de que houvesse uma implementação gradual das alíquotas igualitárias, a fim de que o estado pudesse adequar-se à nova padronização do ICMS para importação.

É lamentável a atitude do governo federal, deputado José Milton Scheffer, que tem atendido muito bem o governador Raimundo Colombo; a presidente Dilma Rousseff tem atendido com elegância o nosso governador e nós nos orgulhamos da nossa presidente, porque é honesta, é arrojada, é dedicada, é séria e está procurando acabar com a corrupção no governo federal. Mas o estado não vive apenas de tapinha nas costas! O estado não pode sobreviver somente da elegância nos atendimentos. O estado precisa, mais do que nunca, de um processo de compensação financeira, o estado precisa que o governo federal encaminhe recursos para a consecução das grandes obras de infraestrutura que os catarinenses estão esperando há tanto tempo! E cito o caso da BR-280, que liga Jaraguá do Sul a São Francisco do Sul, cujo edital foi lançado e suspenso sem maiores explicações. Santa Catarina precisa da duplicação da BR-470, que corta o estado; precisa também que seja agilizada a duplicação da BR-101, que se arrasta há mais de dez anos e que tem sido um obstáculo para o desenvolvimento econômico do sul catarinense.

Sr. presidente e srs. parlamentares, precisamos de ações concretas e recursos efetivos da presidente Dilma Rousseff, que está em dúvida conosco!

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Darci de Matos, quero parabenizar v.exa. pelo tema que aborda e até já discorreremos sobre esse assunto, hoje pela manhã, na comissão de Finanças e Tributação desta Casa.

Evidentemente, precisamos enaltecer o governo estadual anterior pela *expertise*, pela engenharia montada, notadamente a equipe da secretaria da Fazenda, que operacionalizou o sistema, reduzindo a alíquota do ICMS para as importações pelos portos catarinenses, coisa que também fez o estado do Espírito Santo.

Evidentemente que não é preciso ser nenhum *expert* para saber que haveria, ao longo do tempo, retaliação por parte de outros estados com *status* portuário, até mesmo pressionando o Confaz. É preciso identificar, entretanto, que aquela foi uma saída inteligente que fez crescer significativamente a receita do estado, mas, por outro lado, não foi dado um destino adequado aos recursos provenientes daquelas medidas, ou seja, não foram os recursos aplicados em infraestrutura na questão portuária, dando condições de logística para a competitividade de um estado eminentemente exportador como o nosso.

A queda na receita de aproximadamente R\$ 1 bilhão/ano representa, com certeza, um baque para as finanças do estado e talvez essa seja a hora de o governo fazer o dever de casa e enxugar a máquina. Faço uma comparação com aquele cidadão que toma uma cerveja e acaba ficando redondo, estufado. Estamos inertes nesse processo por uma simples razão, a máquina está inchada e se não tomarmos essa providência, vamos ter sérias dificuldades.

Já abordei esse assunto e v.exa. há de concordar comigo que é necessária a redução do números de SDRs. Não existe descentralização maior do que aquela em que se destina o recurso à prefeitura, à escola, às entidades onde são aplicados os recursos com muito mais prudência.

Parabenizo v.exa. e acredito que seja uma atitude prudente e racional deste Parlamento e da base governista apoiar o governo para que caminhe nessa linha de raciocínio.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Quero concluir dizendo que a aprovação da Resolução n. 72 teve como argumento principal, fundamental, por parte do governo federal, deputado Edison Andrino, líder do governo, o fato de que o processo de importação está provocando a desindustrialização do estado de Santa Catarina e do Brasil. O que não é verdade, porque todos sabem que o processo de desindustrialização de Santa Catarina e do Brasil tem como causas principais

outros fatores, tais como a variação cambial, a elevada taxa de juros, a excessiva carga tributária, a falta de investimentos em inovação, em novas tecnologias, ou seja, o custo Brasil. Em virtude do custo Brasil, da lentidão das nossas instituições ambientais é que perdemos um investimento de R\$ 2,5 bilhões que o empresário Eike Batista pretendia aplicar no estado, investimento esse que geraria 15 mil empregos na indústria naval em Florianópolis.

Portanto, queremos registrar esse momento difícil, que requer a adequação das finanças públicas. E aí faço coro às palavras do deputado Valmir Comin de que este é o momento de o governador Raimundo Colombo rediscutir e rever a atuação e a distribuição das SDRs. Acho que as secretarias cumpriram o seu papel, mas não precisamos mais de 36 delas. É duro dizer isso, mas queremos ajudar o governador Raimundo Colombo.

Não se trata de desmerecer o processo de descentralização magnífico e inteligente da gestão de Luiz Henrique da Silveira! Não! Foi importante o processo de descentralização e tem que ser mantido, mas não precisamos ter mais 36 secretarias de Desenvolvimento Regional. Isso é um absurdo! Nós precisamos, efetivamente, cortar gastos, readequar a máquina pública e aí podemos reduzir, sim, muitas secretarias que não são necessárias, que não estão cumprindo com seu papel. E se precisamos cortar gastos, isso não pode ser feito na saúde, muito menos na educação, na área social ou na segurança, mas podemos e devemos cortar nas SDRs.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Quero cumprimentar v.exa. e o deputado Valmir Comin, a quem não escutei, mas que falou sobre o mesmo assunto, pois é um tema no qual esta Casa tem que se envolver em função da sua importância.

Esperamos que o governo federal compense Santa Catarina, não através da Lei Kandir, que já era um compromisso desde a época do governo Fernando

Henrique, que como estado exportador teríamos uma compensação que nunca foi cumprida. Então, esperamos que o governo faça isso efetivamente e que os nossos representantes em Brasília, esta Casa e os prefeitos façam muita pressão.

Deputado, a partir de 1988, quando se fez a reforma tributária neste país, destinou-se um pouco mais de recursos para os estados e municípios. Mas de lá para cá esses entes só ganharam funções. Inclusive, atividades que eram inerentes ao governo federal foram sendo repassadas para os municípios e para os estados. É por isso que hoje faltam recursos.

Hoje se decide muita coisa em Brasília. Por exemplo, o piso dos professores. É bem verdade que os professores precisam e devem ganhar muito mais que o piso de R\$ 1.451,00, só que na realidade os recursos estão centralizados em Brasília. Essa é uma realidade que precisamos analisar, inclusive rediscutindo a dívida dos estados junto ao governo federal.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, acho que este é o momento oportuno para trazer o debate a esta tribuna, de maneira muito especial no que se refere às questões das SDRs, até tendo em vista que o PT, por várias vezes, tem-se manifestado contrário ao grande número delas e à função que executam.

Lembro-me que várias vezes, nos diferentes momentos das reformas administrativas trazidas a esta Casa, o PT trouxe este debate à tona, primeiramente questionando o número exagerado de secretarias e até apresentando alternativas. Uma

delas seria fazer a redução de secretarias de acordo com as o número de associações de municípios. Parece-me que isso seria extremamente importante para o trabalho tanto das associações de municípios quanto das SDRs.

É claro que somos minoria dentro do Parlamento, mas em momento algum deixamos de pontuar, de discutir, de trazer presente a necessidade da redução das SDRs. Esperamos que de fato o governo do estado tome essa iniciativa de reduzir o seu número e que, ao mesmo tempo, deputado Valmir Comin, os recursos sejam efetivamente canalizados para a implementação de políticas públicas nas diferentes regiões e nos mais diversos municípios do nosso estado. Aguardamos isso com muita expectativa e queremos ser os primeiros a fazer a grande defesa dessa iniciativa neste Parlamento.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado Padre Pedro Baldissera, quero apenas fazer o registro, e inclusive v.exa. já externou, de que o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu essa redução, mas sempre manteve a posição de que a descentralização é bem-vinda, desde que existam recursos descentralizados.

Fico muito feliz, deputado Padre Pedro Baldissera, de que o PP, na figura do deputado Valmir Comin, e o líder do governo, deputado Edison Andrino, façam esse debate para, justamente, ver que o estado de Santa Catarina precisa ter uma nova estrutura administrativa que comporte a realidade de hoje. Este é o momento porque a maioria dos secretários regionais afastou-se do cargo para concorrer a prefeito.

Assim, este é o momento ideal, adequado, para o governador Raimundo Colombo, tendo a base a seu favor e também o PT, fazer mudanças no sentido de que possamos ter mais recursos para as políticas públicas, que é o que interessa de fato.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputada Luciana Carminatti.

Quero reforçar, de fato, que a descentralização realmente sempre tem sido vista com bons olhos por toda a nossa bancada, pelo nosso partido, porque acho que é dessa forma que vamos democratizar cada vez mais as diferentes políticas deste ou daquele governo.

Portanto, acreditamos, já que temos sintonia neste Parlamento, pelos diferentes pronunciamentos, que para o governo seja este o melhor momento de fazer esse encaminhamento e repensar a estrutura administrativa do estado.

Além disso, em função da iminente perda pelo estado de R\$ 1 bilhão de receita, volto a questionar a forma da divisão dos recursos federais, ou seja, de que forma esses recursos chegam aos estados e aos municípios. Questiono ainda a maneira como são elaboradas e liberadas as emendas parlamentares dos deputados federais e senadores.

Acredito que faríamos uma política mais justa se houvesse uma melhor distribuição desses recursos, como é feito com o Fundo de Participação dos Municípios. Seriam destinados mais recursos para os municípios, a fim de serem investidos nas diferentes políticas dos municípios, porque é lá que acontece o enfrentamento de todas as situações, seja na saúde, na educação, na agricultura e na geração de emprego e de renda.

Portanto, acredito que se houvesse uma mudança nessa direção os nossos municípios poderiam, com maior eficiência e qualidade, fazer os seus investimentos e atender melhor à população.

Queremos, mais uma vez, enaltecer a política que a presidenta da República, Dilma Rousseff, vem desenvolvendo. E lembro-me que quando assumimos o governo federal, em 2002, a taxa Selic estava em 25%, uma carga pesadíssima de juros para o cidadão. Hoje, a taxa de juros está em 9%. Existe todo um trabalho, um esforço concentrado da nossa presidenta em reduzir a taxa de juros dos bancos estatais e até mesmo forçando para que os bancos privados também caminhem nessa direção.

Sabemos que a carga tributária é pesada, é dura, que os juros são altos, mas existe um esforço muito forte por parte do governo no sentido de reduzi-la, principalmente àqueles que fazem os seus investimentos.

Além disso, quero fazer o registro, no horário reservado ao Partido dos Trabalhadores, da atividade que está acontecendo nesta Casa, relativa ao dia 28 de abril, dia oficial da segurança e da saúde nos locais de trabalho em defesa do nosso trabalhador. Será um grande encontro neste Parlamento e, como está no jornal, trata-se, antes de tudo, de um dia de reflexão e de luta da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho.

Esta é a oportunidade, mais uma vez, de os trabalhadores não somente refletirem como também construïrem alternativas para que as condições de trabalho fiquem cada vez melhores, respeitando a dignidade do ser humano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Srs. deputados, temos a honra de anunciar a visita a esta Casa do grupo de mães Rainhas do Lar, de Imbituba, que é liderado pela sra. Valéria.

Sintam-se à vontade na Casa do Povo e levem o abraço deste Parlamento para a nossa querida Imbituba.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado Reno Caramori, que preside esta sessão, e em seu nome cumprimento os demais deputados e o clube de mães do sul do estado, mais precisamente de Imbituba, que nos prestigia com sua visita no dia de hoje. Muito obrigado e sejam bem-vindas.

Em nome do Partido Progressista queremos explanar dois assuntos. O primeiro deles é nossa

participação no 10º Congresso Catarinense de Municípios, que ocorreu na última semana em Florianópolis. O evento foi desenvolvido pela Fecam - Federação Catarinense dos Municípios - entidade que congrega as 293 prefeituras de Santa Catarina e que chega a sua décima edição, proporcionando a todos os agentes públicos, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, funcionários públicos municipais de todas as administrações com temas que este ano estiveram centrados na compensação ambiental e nas condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral. Ou seja, a Fecam aproveita o seu congresso para preparar, através do debate, todo o funcionalismo público municipal de Santa Catarina para as eleições que se avizinham.

Graças a esse trabalho, srs. deputados, é que Santa Catarina tem as melhores administrações municipais deste país. Nossos prefeitos administram com lisura, com respeito à legislação e todos têm feito gestões que melhoram a qualidade de vida da população.

Por isso, queremos, em nome do Partido Progressista, cumprimentar a Fecam, toda a sua diretoria, pela realização desse congresso que foi um dos maiores já realizados.

Além disso, o congresso também homologou, deputado Valmir Comin, as reivindicações regionais para o desenvolvimento catarinense, que serão apresentadas a todos os representantes, tanto do governo federal como do governo estadual, e que foram retiradas das reuniões dos prefeitos de Santa Catarina. Os prefeitos e os vereadores são aquelas pessoas que estão nas bases em contato com a população e que por isso sabem o que as pessoas necessitam.

Assim, acho que essa pauta tem que ser respeitada, tem que ser considerada e dela constam diversas reivindicações importantes, como a implantação da ferrovia translitorânea, para ligar Porto Alegre até a nossa querida Içara, no sul do estado, e fazer a interligação com a malha ferroviária que já existe, chegando até a cidade de Imbituba e ao nosso querido porto, para que ele

se viabilize e gere cada vez mais oportunidades às pessoas que moram naquela região.

O anel viário da BR-101, ligando Biguaçu até Palhoça, no sentido de diminuir todos os gargalos existentes na saída de Florianópolis também consta da pauta, assim como a duplicação da BR-270. A pauta ainda contempla o aumento da receita municipal através dos *royalties* do petróleo, do FPM e da PEC-125. Ou seja, os recursos advindos do pré-sal não podem ficar nas mãos de poucos municípios, de poucas pessoas. O petróleo do pré-sal é de todo o Brasil, porque está no nosso oceano e pertence a todos os municípios.

Os prefeitos reivindicam ainda a Interpraias, ligando Garopaba até Passos de Torres; investimentos na infraestrutura para geração e distribuição de energia elétrica, que é o combustível do desenvolvimento do futuro; e mais segurança pública a todos os municípios do estado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado José Milton Scheffer, quero parabenizá-lo pelo assunto ora abordado, v.exa. que representou muito bem esta Casa no encontro promovido pela Fecan.

Parabenizamos também o prefeito Douglas Warmling, que é o atual presidente da Fecam, e toda sua equipe pela organização e pelo trabalho desenvolvido junto aos 1.300 participantes.

No primeiro dia vários conferencistas debateram as questões inerentes ao sistema tributário. Já no segundo dia ocorreu a participação efetiva dos municípios com relação aos planos diretores, às diretrizes e às reivindicações, temas que não fogem nada da pauta já estabelecida pelos Fóruns de Desenvolvimento Regional e pelas entidades de classe organizadas.

Agora, nada disso seria necessário se houvesse sensibilidade por parte do governo federal em estabelecer o novo pacto federativo, porque é nos municípios que efetivamente as coisas acontecem.

Parabenizo v.exa. e espero que já no dia 4 ocorra uma grande concentração em Florianópolis, para fazermos juntos a marcha dos prefeitos a Brasília.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, e realmente todo esse desequilíbrio ocorreu porque passaram inúmeras obrigações para os municípios e para os estados, mas ficaram com o dinheiro e o poder em Brasília. E agora a Resolução n. 72 saqueia todos os catarinenses, retirando do estado recursos imprescindíveis para melhorar a vida do nosso povo.

Como defensor do municipalismo e como ex-presidente da Fecam lutarei por essas bandeiras tão importantes para o desenvolvimento do nosso estado, mas, acima de tudo, fortalecedoras dos municípios.

Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo interesse em usar a palavra, encerramos o horário dos Partidos Políticos e passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0022/2012, 0024/2012, 0040/2012, 0048/2012, 0052/2012 e 0470/2011, todos de entidades sociais encaminhando documentação para a manutenção do título.

Comunica ainda que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0474/2010, de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0550/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0171/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0172/2012 e 0173/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0174/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0430/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0431/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0432/2012, de autoria do deputado Ciro Roza; e 0433/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Fim da matéria da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar todos os que nos acompanham pelo rádio e pela TV, quero saudar o sr. presidente, as sras. deputadas e os srs. deputados.

Sr. presidente, está ocorrendo hoje, nesta Casa, com a presença de centenas de trabalhadores e trabalhadoras do nosso estado, um encontro numa semana extremamente importante para o Brasil e para Santa Catarina que, inclusive, realizará no próximo dia 28 o chamado dia de luta contra os acidentes do trabalho, contra as más condições de trabalho neste país.

Participamos até a pouco desse encontro e lá foi apresentado um documento intitulado Carta de Denúncia - trabalhar para viver e não para morrer. Esse documento traz dados assustadores, que mostram que neste momento de crescimento da demanda, do consumo, da geração de trabalho, está havendo uma grande pressão dos setores empresarial e industrial no sentido do aumento da produtividade por trabalhador, fato que está criando grandes problemas para os nossos

trabalhadores no que se refere a duas situações: assédio moral e aumento dos acidentes de trabalho.

(Passa a ler.)

"[...]

Dados da OIT - Organização Internacional do Trabalho - indicam que ocorrem cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho e cerca de dois milhões de mortes por ano em todo o mundo.

Estatísticas sobre o assunto, embora raras, indicam que 4% do Produto Interno Bruto (PIB) sejam perdidos em decorrência de doenças e agravos ocupacionais, sendo que nos países em desenvolvimento esse percentual pode chegar a 10%.

Se estimarmos que no Brasil esse número está em torno de 5% do PIB (uma estimativa modesta), isso representa um custo econômico acima de R\$ 200 bilhões anuais e estudos e estimativas científicas dos custos dos acidentes de trabalho indicam que esses números têm-se multiplicado nos últimos anos.

O pior é que tão grave prejuízo social e econômico pode ser evitado, pois é decorrência do descaso, de negligências e de injustiça social. É claro que a medição dos prejuízos econômicos está longe de captar sequer uma parte do impacto emocional sobre o trabalhador e sua família.

As recentes mudanças no mundo do trabalho que, dentre outras coisas, aumentaram muito a responsabilidade do trabalhador no processo produtivo e o próprio ritmo de execução do trabalho, têm piorado as condições de vida e saúde dos trabalhadores.

Essas mudanças no fator 'produção' ocasionam Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e um conjunto de enfermidades que congregam o grupo de Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (Dort), desgaste mental com repercussões do sofrimento psíquico e, entre outras, as complicações ou associações psicossomáticas[...]"[sic]

Então, sr. presidente e srs. deputados, o desafio que empresas, trabalhadores, trabalhadoras, entidades e governo têm pela frente é muito grande, porque quem acaba pagando a conta

dos acidentes do trabalho, das aposentadorias por invalidez é a sociedade.

Assim, quero parabenizar todas as centrais sindicais e as entidades que nesta semana estão fazendo toda essa mobilização, inclusive nesta Casa.

Com relação ao ICMS, na minha avaliação criaram um falso debate de que o aumento do imposto de importação, essa guerra fiscal que está acontecendo entre os estados, causaria prejuízos para Santa Catarina. Mas isso já estava acontecendo, o ProEmprego já é prejuízo para o estado. Mas voltarei em outro momento a tratar desse assunto.

Não posso deixar de repercutir desta tribuna a defesa dos deputados da base do governo pelo fim das SDRs. Essa posição realmente surpreende, porque até pouco tempo só se falava que o desenvolvimento do estado se devia à descentralização.

Sempre tivemos uma posição crítica com relação às secretarias de Desenvolvimento Regional pelo seu alto custo administrativo, pois usam recursos que poderiam ser aplicados em políticas públicas de saúde, de educação, de segurança. O que houve, na verdade, foi a criação de empregos nas secretarias, cargos comissionados, com o objetivo de manter o poder político no estado. Agora, estão defendendo a mudança.

Sempre falamos que o caminho é acabar com todas elas ou deixar apenas algumas, em grandes regiões, para tratar, de fato, do processo de desenvolvimento regional. Essa é uma discussão que esta Casa precisa fazer. Mas nos surpreende a posição de alguns deputados da base do governo virem defender o fim das SDRs, que era uma das grandes bandeiras do então governador Luiz Henrique, que dizia que o estado estava desenvolvendo-se por causa da descentralização. Em muitos casos, inclusive, buscando recursos federais para a educação, a saúde, a agricultura, dizendo que eles vinham para os municípios em máquinas, equipamentos e reforma de escolas em função da descentralização.

Isso realmente precisa ser discutido, porque é um absurdo ter no estado 36 SDRs que não conseguem discutir concretamente a perspectiva de desenvolvimento regional. São um cabide de emprego para fazer política regional, promover futuros candidatos a deputado, a prefeito e a vereador.

Estamos juntos nesse debate e queremos, com certeza, o melhor para o estado de Santa Catarina como partido de oposição. Queremos construir políticas públicas, investir na segurança, na educação, na saúde, na agricultura familiar. Precisamos fortalecer a Epagri, a Cidasc e a agricultura familiar.

Portanto, é preciso aplicar menos dinheiro no custeio e mais na ponta, para beneficiar diretamente a população, fortalecer a educação, através do pagamento piso mínimo nacional, para valorizar os professores. Está-se gastando muito em custeio, com o pagamento de cargos comissionados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o sr. deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero parabenizar os contabilistas, pois hoje é o Dia do Contador. É uma categoria muito importante que contribui de várias maneiras para a vida econômica e social do país.

Portanto, queremos homenagear todos os profissionais contabilistas que com sua iniciativa, coragem, ética, visão de futuro e conhecimento da sua área de atuação enfrentam e superam os constantes desafios empresariais presentes em pequenas, médias e grandes

organizações. Que este dia venha reafirmar o valor desses profissionais para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina e do nosso país.

Parabéns a todos os contadores e contabilistas de Santa Catarina e do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Antes de conceder a palavra ao deputado Valmir Comin, quero agradecer as palavras do deputado José Milton Scheffer, porque também sou contador, pago religiosamente minhas contribuições anuais, tenho participado de todas as reuniões do CRC e quero endossar seus cumprimentos a essa categoria tão sofrida, o antigo guarda livros, que é o homem que hoje orienta as micro e pequenas empresas, é o grande responsável pela contabilidade das grandes empresas e de todo o setor comercial.

Portanto, parabéns a esses profissionais tão valorosos que são os contabilistas.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero inicialmente saudar o presidente do meu partido em Jacinto Machado, Nicolau, que aqui está com o companheiro Ézio prestigiando nossa sessão. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Sr. presidente, um assunto muito debatido na comissão de Orçamento foi a perda de mais de R\$ 1 bilhão pelo governo do estado, em face da aprovação da Resolução n. 72.

Fiz questão de colocar, mesmo porque sempre defendi essa linha, meu caro líder, deputado Silvio Dreveck, e sempre foi uma posição do Partido Progressista o enxugamento das SDRs no estado de Santa Catarina. Não estamos falando em extinção, porque elas são necessárias, mas precisamos adequá-las ao Orçamento e potencializá-las dentro da finalidade para a qual foram criadas.

Trinta e seis secretarias de Desenvolvimento Regional é realmente uma situação fora do comum. E precisamos encarar a administração pública com uma

visão de gestão privada com vertente social, dentro do espírito e do propósito do gestor propriamente dito, porque precisamos alcançar aquele que está lá na ponta, que é o pagador de impostos. E se não dermos musculatura e capilaridade para que esses recursos possam lá estar, eles acabam perdendo-se no meio do caminho e a máquina administrativa ficando inchada, gerando a perda do poder de competitividade das nossas empresas e, conseqüentemente, piorando a vida das pessoas.

Reputo da maior importância a atitude tomada pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira e por toda sua equipe fazendária, quando reduziu a alíquota do ICMS para importação, mostrando sua visão macro, pois acabou contribuindo para o incremento da receita do estado de Santa Catarina. Precisamos enaltecer essa posição, mas o problema é que não foi dado o destino correto aos recursos gerados.

Aliás, nós já temos no Brasil um sistema modal e intermodal totalmente equivocado, no qual prevalece o transporte rodoviário, cujo custo é de R\$ 110,00 a tonelada, ao passo que o custo do transporte ferroviário é de R\$ 75,00 a tonelada, ficando o hidroviário em R\$ 45,00 a tonelada.

Então, houve um equívoco sem precedentes na escolha do sistema modal, o que engessou o custo Brasil. Prova disso é o PIB da China, que em 1980 era idêntico ao PIB do Brasil e que hoje é muito superior.

Por isso, é preciso que se faça um planejamento adequado, dentro de uma visão de médio e longo prazo, deputado Silvio Dreveck, enxugando a máquina e dando musculatura à economia através de uma infraestrutura adequada que dê condições de competitividade à indústria catarinense. Nosso estado é eminentemente exportador, mas não progride pela falta de infraestrutura, de logística, de acessibilidade.

Sr. presidente, aproveitando a oportunidade vou ler o artigo publicado pelo jornal *O Globo*, de 20 de abril de 2012, da lavra dos assistentes da presidência da Eletrobras Eletronuclear, Carlos

Henrique Mariz e Drausio Lima, com o título "Energia nuclear é a saída."

(Passa a ler.)

"No texto os autores questionam a motivação das críticas da inclusão da energia nuclear na matriz brasileira e enfatizam o fato de que o consumo *per capita* brasileiro está entre 20% e 25% do consumo de um país desenvolvido. E nós estamos em um país emergente. Em seguida os articulistas mostram o limite da geração hidrelétrica que, segundo os especialistas, já teria atingido o ponto máximo de exploração.

Até esse ponto todas as afirmações são consensuais e de amplo conhecimento não apenas de especialistas, como de uma ampla camada da população, preocupada com o porvir e a sustentabilidade de nossa capacidade produtiva.

No afã de fazer prevalecer suas assertivas, a dupla parte para a ofensiva, desqualificando as fontes mais consagradas de produção de energia, o gás natural e o carvão mineral. Contra o gás, a argumentação se limita a colocar em dúvida a perspectiva de produção de gás nas camadas do pré-sal. O *bypass*, que é o carvão mineral, segundo os articulistas, é mais sutil já que como gerador térmico e poluidor o nuclear é bem mais suscetível de ser reprovado.

A linha de argumentação se limita à afirmação infundada de que o Brasil não possui fontes de minérios suficientes para fazer face as suas necessidades. O carvão mineral hoje, apesar de não haver pesquisa geológica por 25 anos, ainda é a maior fonte fóssil do Brasil. Temos mais de três vezes carvão do que petróleo, com recursos ainda virtualmente intocados.

Entendemos que para fazer esse resgate de energia tão importante para a sociedade brasileira todas as fontes serão necessárias, principalmente as fontes térmicas, entre as quais se inclui o carvão, o gás e a nuclear.

A segurança energética do país somente ocorrerá com a diversidade de fontes e não pode ser feita uma política de exclusão de nenhuma dessas alternativas.

Fazer *lobby* desacreditando as outras fontes não é algo que mereça atenção. O esclarecimento das vantagens de uma não deve ser à custa da crítica a outras fontes. A informação correta deve ser passada à sociedade que precisa de energia para se desenvolver e ser sustentável.

Portanto, o Brasil, por ser um país com diversidade e abundância de fontes, tem a possibilidade de fazer uma matriz equilibrada atendendo aos preceitos da sustentabilidade.”

Eu reputo da maior importância a participação que tivemos na comitiva que foi à China, no ano passado, numa reunião dos BRICs: África do Sul, China, Rússia, Índia e Brasil. Na ocasião todos os países foram contundentes, sr. presidente, nas suas colocações, enaltecendo a participação do Brasil no cenário mundial, um país de dimensão continental, de riquezas incomparáveis, de fabulosos recursos minerais, muitos deles ainda a ser identificados e que não pode abrir mão de qualquer tipo de fonte de geração de energia, quer seja renovável ou não.

Assim, o governo federal, dentro da cesta de combustíveis, não pode alijar do processo o setor térmico, que gera uma energia segura, que de um momento para outro poderá ser colocada dentro da rede integrada nacional, ao contrário da energia hídrica, que dificulta e pode prejudicar a geração de emprego e renda.

É preciso que o governo tenha uma política firme e forte, dando condições e segurança jurídica aos investidores, para que possam aqui se estabelecer, produzir e dar sustentabilidade para o desenvolvimento e a economia deste país e do nobre estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando

outra, ordinária, para as 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

